



Boletim

Informativo nº 002/2021

Vigilância Socioassistencial – 30 de junho de 2021

Secretaria Executiva de
Assistência Social

Coordenação de
Vigilância Socioassistencial

Diagnóstico Socioterritorial

Compreende-se a definição de Diagnóstico Socioterritorial como uma análise interpretativa da realidade de determinado território, no qual são identificadas as relações sociais, bem como as ocorrências de risco e vulnerabilidade, além da instalação de rede de proteção ou ausência desta. Em síntese, trata-se de um documento capaz de retratar a realidade a partir da sistematização de dados e análise de informações sob o olhar vigilante para os territórios, possibilitando identificar suas dinâmicas sociais, culturais, econômicas, políticas, bem como suas limitações e potencialidades.

Assim, o Diagnóstico Socioterritorial pode ser atualizado periodicamente, de acordo com as definições da gestão, ou diante do surgimento de nova situação no território. A cada quatro anos o Diagnóstico Socioterritorial compõe a elaboração dos Planos de Assistência Social¹ nos três entes federados, no entanto sua realização requer **processo contínuo** de investigação das situações de risco e vulnerabilidade presentes no território, bem como das demandas sociais, as quais passam por



Vídeo disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=yMtsn7wxygA>

constante mudança. Em respostas às referidas demandas, é importante identificar a rede socioassistencial disponível, bem como a necessidade de implantação de serviços e equipamentos das demais políticas setoriais no local. Neste sentido, o Diagnóstico Socioterritorial apresenta-se na perspectiva da Vigilância Socioassistencial enquanto função, juntamente com Proteção Social e Defesa Direitos no âmbito da Política de Assistência Social.

¹ NOB-SUAS 2012 - Artigo 20

Em outras palavras, a realização do Diagnóstico Socioterritorial requer o **reconhecimento da oferta e da demanda** por serviços socioassistenciais, definindo os territórios prioritários para a atuação

da política de assistência social e a **utilização de dados territorializados** disponíveis nos sistemas oficiais de informações². Sua elaboração é uma das responsabilidades da Vigilância Socioassistencial³

Alguns dos objetivos do Diagnóstico Socioterritorial

- Facilitar o trabalho dos gestores na tarefa de dimensionar e localizar o público prioritário de programas e ações sociais;
- Embasar a elaboração dos Planos Municipais de Assistência Social (PMAS);
- Subsidiar as ações estratégicas no âmbito da assistência social, de forma preventiva e proativa;
- Fundamentar a implantação de serviços socioassistenciais de forma regionalizadas a partir das necessidades do território;
- Instrumentalizar o processo de monitoramento e avaliação dos serviços socioassistenciais;
- Contribuir com as áreas de PSB e PSE na elaboração de diagnósticos; como exemplos: diagnóstico dos territórios de abrangência dos CRAS, diagnóstico sobre as violências e violações de direitos; etc.

Aspectos importantes na elaboração do Diagnóstico Socioterritorial

É importante considerar as especificidades de cada município, com suas diferentes realidades e dimensões territoriais. Nessa perspectiva, os diagnósticos precisam dialogar com as particularidades territoriais, demandando ou fortalecendo serviços de proteção social segundo características, diversidades e heterogeneidades de cada território.

A elaboração do Diagnóstico deve incorporar o processo de construção coletiva, com a participação dos

profissionais que atuam na Assistência Social, bem como os/as usuários/as desta política.

Abordar questões mais amplas no campo socioeconômico, como educação e saúde é importante, porém não deve ser a ênfase do Diagnóstico porque são questões que não dialogam diretamente com o planejamento no âmbito do SUAS.

Nesse sentido, os diagnósticos socioterritoriais devem enfatizar temáticas ligadas diretamente às intervenções próprias da assistência social, tais como: diagnóstico sobre situação de trabalho infantil, diagnóstico sobre a

² Considera-se sistemas oficiais de informações aqueles utilizados no âmbito do SUAS e outros órgãos da administração pública.

³ NOB-SUAS 2012 - Artigo 91

população idosa, diagnóstico sobre pessoas em situação de migração, violação de direitos, entre outros.

Os dados precisam ser transformados em informações de tal forma que deixem de serem apenas números apresentados de forma segmentada. Isso significa dizer, por exemplo, que para além de quantificar a população idosa, faz-se necessário identificar quem são e quais as suas fragilidades, se são capazes de desenvolverem atividades de autocuidado, se são arrimos de família, qual a predominância em relação ao sexo, etc.

É importante lembrar que a localização geográfica é ponto fundamental no Diagnóstico, visto que os territórios se apresentam de forma distinta. Portanto, as

temáticas devem ser analisadas transcorrendo o espaço rural/urbana, estendendo-se para as subáreas desses territórios.

Na prática a ideia central do “Diagnóstico Socioterritorial” é dar visibilidade ao território de vivência, local onde acontecem as relações sociais, dando base para apresentação dos números. Dessa forma, a leitura analítica dos dados revela quantas e quem são as pessoas em situação de risco e vulnerabilidade e onde elas estão; revelam também as potencialidades do território, apontando quais, quantas e onde estão os equipamentos públicos e privados que compõem a rede setorial e intersetorial.

Você sabia que é possível construir um Diagnóstico com dados Quantitativos e Qualitativos?



“O Diagnóstico Socioterritorial pode ser construído por informações na forma de números e estatísticas, como também por informações que se traduzem em histórias de vida dos lugares, de suas famílias e instituições, atores sociais os mais diversos. Para isso, se faz necessário definir também quem participa desse processo de construção do conhecimento, em que são igualmente valorizados os dados estatísticos, bem como os dados considerados mais qualitativos. Trata-se de duas formas de ler a realidade que são complementares”⁴.

⁴ Caderno 3 – Vigilância socioassistencial: garantia do caráter público da política de assistência social. CapacitaSUAS. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2013.

Mapeando a Rede Socioterritorial e Intersectorial

O mapeamento da Rede Socioterritorial e Intersectorial deverá compor o Diagnóstico Socioterritorial. Essa parte do Diagnóstico refere-se ao mapeamento das unidades públicas e privadas da rede de assistência social e de outras políticas públicas, como escolas, postos de saúde, núcleos de inclusão produtiva e conselhos tutelares.

O Boletim Informativo nº 004/2020⁵ traz informações sobre vários Sistemas de Coletas de Dados utilizados no SUAS, entre os quais está o Cadastro Nacional do SUAS - **CADSUAS**⁶ que é o principal sistema de identificação da rede do SUAS, com todas as informações relativas às prefeituras, órgão gestor,

fundo e conselho municipal e entidades que prestam serviços socioassistenciais.

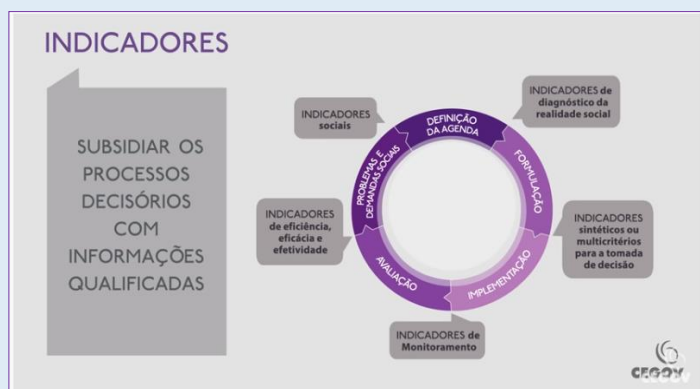
Outra fonte que poderá ser utilizada nessa etapa do Diagnóstico é o Mapa de Oportunidades e Serviços Públicos – **MOPS**⁷, portal que reúne um conjunto de informações acerca das oportunidades de inclusão produtiva e da disponibilidade de serviços, equipamentos e programas públicos identificados em municípios, microrregiões e estados do país.

Essas e outras ferramentas para coleta e integração de dados podem ser acessadas por meio do Portal da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – **SAGI**⁸.

Indicadores sociais na elaboração do Diagnóstico Socioterritorial

Os indicadores sociais são ferramentas capazes de revelar/indicar vários elementos sobre a realidade social de forma objetiva. Sua utilização na elaboração do Diagnóstico Socioterritorial se faz necessária para que os números tenham significados do ponto de vista prático.

Isso significa dizer, por exemplo, que não basta informar que um município fictício possui **30 mil** beneficiários do Programa Bolsa Família (22 mil em extrema pobreza e 8 mil em situação de pobreza); a priori parece um número



Vídeo disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=2Ns1Bnmhrn4>

⁵ <https://www.sigas.pe.gov.br/pagina/boletins-informativos-da-assistencia-social>

⁶ <https://aplicacoes.mds.gov.br/cadsuas/visualizarConsultaExterna.html>

⁷ <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/mops/>

⁸ <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/servicos/sagi/>

alto, mas é necessário dispor de um conjunto de dados que nos levem a alguns indicadores, tais como dados demográficos, taxas de pobreza e extrema pobreza, bem como a inserção dessa população no PBF.

Exemplo:

O conjunto dos dados revela que o município possui 56% de sua população em situação de extrema pobreza e 12% em situação de pobreza; ou seja, **68% da população tem perfil para inclusão no Programa Bolsa Família (75 mil pessoas)**.

Nesse sentido, considerem que o referido município tenha população total de **110 mil** habitantes, sendo que destas **62 mil** pessoas possuem renda per capita de até R\$ 89,00 e **13 mil** pessoas com renda per capita de até R\$ 178,00. Esses dados trazem elementos possíveis para alguns indicadores:

Quanto à taxa de inclusão da população no Programa Bolsa Família os dados sinalizam que **apenas 40% das pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza são beneficiárias do Programa**. Isso significa dizer que o diagnóstico possibilita identificar também a demanda reprimida para inclusão no PBF.

Perfil populacional quanto à renda per capita		
Pessoas em extrema pobreza - Renda per capita de 0 a 89,00	62.000	56%
Pessoas em situação de pobreza - Renda per capita de 89,01 a 178,00	13.000	12%
Pessoas acima da linha de pobreza - renda per capita a partir de 178,01	35.000	32%
Total da População	110.000	100%
Perfil populacional quanto ao Programa Bolsa Família		
Pessoas em extrema pobreza - Renda per capita de 0 a 89,00 - Beneficiária do PBF	22.000	29%
Pessoas em situação de pobreza - Renda per capita de 89,01 a 178,00 - Beneficiária do PBF	8.000	11%
População com perfil para o PBF - não beneficiária	45.000	60%
Total da População com perfil para o Programa Bolsa Família	75.000	100%

Fonte: Elaboração própria – Coordenação de Vigilância Socioassistencial.

Construir indicadores não é uma tarefa simples, requer estudos específicos que não se esgotam em um Boletim Informativo. Para aprofundar nessa

temática indicamos participação nos Cursos ofertados por meio do Capacita SUAS – PE⁹.

⁹ Acompanhem os cursos e inscrições disponíveis por meio do link <https://www.sigas.pe.gov.br/pagina/capacitasuaspe-virtual-inscries-abertas>

Afinal, existe regra de estrutura para Diagnóstico Socioterritorial?

Não existe regra de estrutura para o Diagnóstico Socioterritorial, porém sugere-se que sua composição possua cinco tópicos importantes e para cada um desses tópicos, sugere-se também um conjunto de variáveis, assim como segue:

1. Contexto

De forma sintética, aborda as informações essenciais nas seguintes áreas: demografia, educação, saúde, trabalho, infraestrutura urbana, economia e meio ambiente.

2. Caracterização da demanda potencial para os Serviços e Benefícios da Assistência Social

Apresenta de forma aproximada o **quantitativo** da demanda potencial para cada um dos serviços socioassistenciais tipificados, bem como dos benefícios do SUAS, particularmente no que se refere ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), benefícios eventuais e benefícios pagos pelo Programa Bolsa Família.

3. Oferta dos Serviços e Benefícios da Assistência Social

Apresenta **quantitativamente** informações sobre a oferta de benefícios do SUAS, bem como de cada serviço tipificado e sua caracterização quanto ao tipo, ao volume, aos padrões e distribuição nos territórios. A ausência da oferta dos serviços e benefícios no âmbito da assistência social também deve ser revelada neste tópico.

4. Oferta das demais políticas públicas, exclusivamente no que se refere aos pontos de contato e de complementariedade entre estas e a Assistência Social. Apresenta **quantitativamente** informações sobre a oferta de outras políticas públicas e que se relacionam com a Assistência Social; exemplo: Conselho Tutelar, Defensoria Pública, educação e unidades de saúde.

5. Indicadores que correlacionem demanda e oferta, segundo os Serviços Socioassistenciais Tipificados e, eventualmente, públicos específicos.

Correlaciona a demanda apresentada no tópico 2 e a oferta apresentada no tópico 3. A análise poderá ser realizada de duas formas:

- a- Direta – quando for possível estimar o volume da demanda e da oferta. Apresenta-se por meio de **taxa (percentual de cobertura)**
- b- Indireta – quando não for possível estimar o volume da demanda referente ao público alvo de um serviço e, consequentemente, do volume ideal para oferta. Apresenta-se por meio de **taxas ou razões** que permitam análise comparativa dos territórios.

Esse tópico trará resposta sobre a cobertura dos serviços e benefícios ofertados, bem como da ausência ou lacuna desta cobertura em algumas áreas do território (ausência de CREAS, quantidade insuficiente de CRAS, etc.) ou público específico fora dessa cobertura, tais como pessoas com deficiência, mulheres, pessoas idosas, grupos tradicionais, etc.

Fontes de dados que podem auxiliar a construção do Diagnóstico Socioterritorial

Se você chegou até esse ponto do Boletim Informativo certamente passou por algumas fontes de dados por meio de links que levam a publicações

textuais ou vídeos. Estes, juntamente com as fontes apresentadas abaixo¹⁰ poderão ser utilizados no processo de construção do Diagnóstico Socioterritorial.



Como cumprir os requisitos do artigo 30 da LOAS: Planos de Assistência Social

Vídeo disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=mtMw9zJ_7c0&t=2943s

¹⁰ O vídeo sobre 'Como cumprir os requisitos do artigo 30 da LOAS: Planos de Assistência Social', especificamente no tempo 01:08:32.2, dispõe sobre o tema Diagnóstico Socioterritorial apresentada por Paulo Clemente da Coordenação Geral de Planejamento e Vigilância Socioassistencial – Secretaria Nacional de Assistência Social.

Considerações Finais

Este Boletim Informativo foi construído com o intuito de mostrar os caminhos e pontos importantes para construção do Diagnóstico Socioterritorial, com destaque para a ausência de regra a ser seguida, visto que cada município tem sua particularidade e autonomia para atuar.

Porém, vale destacar que o diagnóstico Socioterritorial é uma importante ferramenta para subsidiar as ações estratégicas no âmbito do SUAS, de forma preventiva e proativa; servindo também como guia para construção do Plano de Assistência

Social e como instrumento importante para tomadas de decisões políticas.

Embora sua elaboração seja uma das atribuições da Vigilância Socioassistencial, a construção do Diagnóstico deve ocorrer de forma participativa, incluindo os diversos setores ligados à Secretaria, bem como conselho, lideranças comunitárias, entre outras.

Por fim, o Diagnóstico Socioterritorial deve passar por contínuo processo de atualização, sob olhares críticos e vigilantes visto que servirá como suporte para qualificação das ações na Assistência Social.



EXPEDIENTE

Boletim elaborado pela Secretaria Executiva de Assistência Social (SEASS) através da Coordenação de Vigilância Socioassistencial em parceria com o Centro de Desenvolvimento e Cidadania – CDC

Coordenadora de Vigilância Socioassistencial
Michelle Rodrigues de Lima

Equipe Técnica de Vigilância Socioassistencial
Fátima Maria Ferreira Barbosa, Francisco Godoy e Sidney Marques Cavalcanti

Rua Gervásio Pires, 399 - 2º Andar - Bairro Boa Vista - Recife - PE - CEP: 50050-070
Telefone: (81) 3183 - 0716 / E-mail: vigilanciasocioassistencialpe@gmail.com